

Claudinei Antonio Poletti

Advogado.

Graduado pela UPF - Universidade de Passo Fundo/RS.

A NOVA LEI DO AGRO
COMENTÁRIOS À LEI Nº 13.986/2020 NAS QUESTÕES
DO AGRONEGÓCIO

EDITORA
Contemplar

ISBN: 978-85-9487-073-5

Autor
Claudinei Antonio Poletti

Capa, Diagramação e Revisão
Mario do Carmo Ricalde

Revisão Gráfica
Aline Vieira Pipino de Freitas

Poletti, Claudinei Antonio.

A Nova Lei do Agro. Comentários à Lei nº 13.986/2020 nas Questões do Agronegócio / Claudinei Antonio Poletti. 1ª ed. Campo Grande: Contemplan, 2021.

1. Direito. 2. Agrário.

I. Título.

1182702

CDD: 340

CDU: 342.1247

Todo o conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à



Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideú.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: contato@editoracontemplan.com.br

site: www.editoracontemplan.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1. O FUNDO GARANTIDOR SOLIDÁRIO – FGS.....	21
1.1. FAF – Fundo de Aval Fraternal	21
1.2. Histórico	21
1.3. Natureza Jurídica	23
1.4. Composição do FGS	24
1.5. Consolidação de Dívidas.....	26
1.6. Responsabilidade Limitada ao Valor Integralizado – Impenhorabilidade das Cotas	27
1.7. A Obrigação de Pagar do FGS – Necessidade de Constituição em Mora	29
1.8. Extinção do FGS – Restituição das Cotas	30
CAPÍTULO 2. PATRIMÔNIO RURAL EM AFETAÇÃO	33
2.1. Histórico	33
2.2. Conceito – Natureza Jurídica	34
2.3. Quem Pode Constituir o Patrimônio Rural em Afetação	37
2.4. Imóveis Rurais.....	37
2.5. As Vedações.....	38
2.6. Constituição e Registro	42
2.6.1. <i>Inscrição no CAR</i>	46
2.6.2. <i>Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária</i>	47
2.6.3. <i>Certificação do Georreferenciamento no Sigef</i>	47
2.6.4. <i>Atos que Modifiquem ou Limitem a Propriedade</i>	48
2.6.6. <i>A Planta e as Coordenadas do Imóvel</i>	50
2.6.7. <i>As Certidões</i>	50
2.7. A Regularidade Ambiental	51
2.8. A Análise da Documentação.....	51
2.9. Incumbências do Proprietário.....	54
2.10. Constituição da Garantia.....	56

2.10.1. Vinculação – Segregação	57
2.10.2. Constituição de Outras Garantias	58
2.10.3. Limitação ao Direito de Propriedade	59
2.10.4. Impenhorabilidade e Limitação para Novas Garantias	63
2.10.5. Falência e Recuperação Judicial	66
2.10.6. Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais	68
2.11. O Cancelamento do Patrimônio Rural de Afetação	69

CAPÍTULO 3. CÉDULA IMOBILIÁRIA RURAL 73

3.1. Conceito – Natureza Jurídica	73
3.1.1. <i>A Cambialidade</i>	73
3.1.2. <i>Título de Crédito</i>	76
3.1.3. <i>Nominativo e à Ordem</i>	78
3.1.4. <i>Transferível e de Livre Negociação</i>	80
3.1.5. <i>Forma Cartular ou Escritural</i>	80
3.1.6. <i>Promessa de Pagamento e Obrigação de Entrega de Coisa Certa</i>	82
3.2. O não Enquadramento no Crédito Rural	85
3.3. Vinculação a um Patrimônio Rural em Afetação	86
3.4. Aval e Garantias de Terceiros	87
3.5. A Desnecessidade de Protesto e o Direito de Regresso	90
3.6. Depósito em Entidade Autorizada Pelo Banco Central do Brasil	90
3.7. Requisitos Essenciais da CIR	92
3.8. Negociação nos Mercados Regulamentados	95
3.10. A Posse do Imóvel Rural Objeto do Patrimônio Rural em Afetação	96
3.11. A Desapropriação ou a Danificação do Imóvel Objeto do Patrimônio Rural em Afetação	97
3.12. O Vencimento Antecipado da CIR	100
3.13. Comunicação do Pagamento	101
3.14. O Inadimplemento da Obrigação e suas Consequências	102

CAPÍTULO 4. CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO..... 107**CAPÍTULO 5. DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA A PRODUTORES RURAIS E A COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS..... 109**

5.1. Considerações Preliminares	109
5.2. Subvenção para Instituições Financeiras Autorizadas	110
5.2. A Equalização dos Preços dos Produtos.....	113
5.3. Limites da Subvenção	114
5.4. Subvenção ao PRONAF	115
5.5. Aplicação Irregular das Subvenções.....	116

CAPÍTULO 6. CÉDULA DE PRODUTO RURAL..... 121

6.1. Breve Histórico	121
6.2. Conceito e Natureza Jurídica.....	121
6.2.1. <i>Entrega de Coisa ou Pagamento em Dinheiro</i>	123
6.2.2. <i>Os Produtos Agrícolas</i>	124
6.2.3. <i>Legitimidade para emitir CPR</i>	127
6.3. Requisitos Essenciais da CPR	129
6.5. Forma Cartular ou Escritural	132
6.6. A Escrituração da CPR.....	134
6.7. O Registro da CPR Escritural	135
6.8. Negociação como Ativo Financeiro	137
6.9. Infrações em Relação à Escrituração	138
6.10. Título Líquido, Certo e Exigível	139
6.11. Condições da CPR por Liquidação Financeira.....	142
6.12. A Liquidação do Pagamento da CPR Financeira	145
6.13. As Garantias da CPR	146
6.13.1. <i>Penhor</i>	147
6.13.2. <i>Hipoteca</i>	154
6.13.3. <i>Alienação Fiduciária</i>	157
6.13.3.1. <i>A Essencialidade dos Bens Alienados Fiduciariamente</i>	157
6.13.3.2. <i>Alienação Fiduciária de Bens Fungíveis</i>	161
6.13.3.3. <i>Bens Beneficiados ou Transformados</i>	166

6.13.3.4. A Busca e Apreensão	168
6.14. A CPR e o Patrimônio Rural em Afetação	169
6.15. Transferência com Efeitos de Endosso	170
6.16. A CPR a partir de 2021.....	171
6.17. Busca e Apreensão e Execução	173
6.18. Estelionato.....	174
CAPÍTULO 7. OS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO	175
7.1. Breves Considerações	175
7.2. Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e o Warrant Agropecuário – WA	175
7.3. As Alterações no CDA e WA feitas pela Lei nº 13.986/2020	176
7.3.1. Emissão do CDA e do WA	177
7.3.2. O Depósito Centralizado dos Títulos.....	179
7.3.3. O Seguro do Produto	181
7.4. CDCA, LCA e CRA.....	183
7.4.1. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA ...	184
7.4.2. Letra de Câmbio do Agronegócio - LCA.....	186
7.4.3. Disposições Comuns ao CDCA e à LCA	187
7.4.4. Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA.....	189
CAPÍTULO 8. A ESCRITURAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO	191
8.1. Alterações à Lei nº 10.931 de 02 de agosto de 2004.....	191
8.1.1. Alteração na Letra de Crédito Imobiliário – LCI	191
8.1.2. Alterações na Cédula de Crédito Imobiliário – CCI.....	192
8.1.3. Alterações na Cédula de Crédito Bancário – CCB.....	193
8.2. Alterações ao Decreto-lei nº 167/67	196
8.2.1. As Alterações Gerais na Cédula de Crédito Rural	196
8.2.2. Alterações na Cédula Rural Pignoratícia	197
8.2.3. Alterações na Cédula Rural Hipotecária, Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária e Nota de Crédito Rural	198
8.2.4. Alterações na Nota Promissória Rural – NPR.....	199
8.2.5. As Alterações na Duplicata Rural.....	199

8.2.6. Alterações nas Disposições Gerais do Decreto-lei nº 167/67...	200
8.3. Alterações à Lei nº 12.685/13	200

CAPÍTULO 9. A SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA EMPRESAS CEREALISTAS..... 203

CAPÍTULO 10. DISPOSIÇÕES FINAIS..... 205

10.1. Considerações Gerais	205
10.2. A importância da Lei nº 5.709/71 e sua Recepção pela Constituição da República	206
10.3. A Lei nº 6.634/79 – A Faixa de Fronteira	213
10.4. A Lei nº 8.629/93 – Arrendamento para Estrangeiros	215
10.5. A Inconstitucionalidade dos Artigos 51 e 52 da Lei nº 13.986/2020 – Afronta ao Artigo 190 da Constituição	215
10.6. Alterações na Lei nº 5.709/71	217
10.7. As Alterações na Lei nº 6.634/79.....	224

CAPÍTULO 11. A DERRUBADA DOS VETOS PRESIDENCIAIS 227

11.1. Os Vetos	227
11.2. Alterações à Lei nº 8.212/91	227
11.3. Alterações à Lei nº 10.169/00.....	230

EPIÍLOGO 233

REFERÊNCIAS..... 235